



III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA

04 a 06 de setembro de 2023

Instituto Federal do Espírito Santo

Vitória-ES

“Corpos dissidentes” na Educação [Matemática]: problematizações acerca do gênero e da sexualidade no ensino de Matemática.

Eduardo Mariano da Silva¹

João Gabriel Souza Freitas²

Fernando Helder Cassimiro da Silva³

Este trabalho visa investigar e discutir sobre corpos desejáveis para o ensino de Matemática na Educação Básica Pública, passando por situações de LGBTQIA+fobia que foram vivenciadas no ambiente escolar. Por conseguinte, objetivamos problematizar como a heteronormatividade cria corpos [inter]ditáveis ao ensino de Matemática. Para isso, vamos utilizar de um diálogo docente experienciado pelos autores e um recorte de uma pesquisa de mestrado a fim de refletir e tecer uma discussão de caráter bibliográfico a respeito de assuntos que englobam as pessoas que se identificam com gêneros ou sexualidades desviantes, a comunidade LGBTQIA+ e o ambiente de ensino e aprendizagem que essas pessoas estão inseridas. Sendo assim, abarcamos referenciais teóricos atrelados aos Estudos de Gênero e Sexualidade. Como considerações, entendemos que essa temática deve ser amplamente discutida na Educação [Matemática] e na Educação Básica Pública, com o intuito de trabalhar com a diversidade e diferença neste ambiente visando um ensino para todes combatendo os paradigmas estabelecidos pela heteronormatividade.

Palavras-chave: LGBTQIA+; Corpos Dissidentes; Gênero; Sexualidade; Ensino de Matemática.

Introdução

*Nós só podemos ver o nosso exterior,
mas quase tudo acontece dentro.*

Charlie Mackesy

Esse texto surge de uma conversa despreziosa sobre o corpo LGBTQIA+. Em uma reunião particular de docentes, uma reunião de corpos, questões de gênero e sexualidade tomam cena à discussão. Nesta cena, um relacionamento foi posto em xeque. Outro aspecto que merece destaque refere ao casal homoafetivo ser caracterizado como “respeitoses”, ouvimos essa expressão como corpos dóceis, heteronormativos, apesar de serem gays. No

¹ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, eduardomariano92@hotmail.com..

² Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, joao.freitas@ufms.br.

³ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, fernando.helder@ufms.br.



III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA

04 a 06 de setembro de 2023

Instituto Federal do Espírito Santo

Vitória-ES

embalo, o corpo de uma amiga⁴ foi considerado depravado, dissidente, na situação, falavam de um homem negro de calça pantalonada, cropped e salto 15 cm.

Os corpos considerados padronizados são de professores de matemática⁵ e o dissidente de uma pedagoga que alfabetiza e ensina essa disciplina às crianças menores. Diante disso, questionamos quais corpos são desejáveis para o ensino de Matemática na Educação Básica Pública?

Em busca de refletir sobre essa inquietação, utilizamos um relato de Darci, que foi produzido no contexto de uma pesquisa de mestrado realizada em 2020 pelo primeiro autor deste texto. Desse modo, a pesquisa tem caráter bibliográfico e contou com entrevistas semiestruturadas para a produção de dados. A saber, a pesquisa é intitulada “Para uma epistemologia outra na educação matemática: entre sussurros e navalhas na carne, a porta do armário de abriu...” realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática - UFMS.

Nessa discussão, partimos do pressuposto de que na escola o corpo é sucumbido ao sistema⁶ moderno colonial de gênero que é pautado na dicotomia centrada na biologização do gênero, de forma binário, desconsiderando a intersexualidade uma realidade, tanto o dimorfismo biológico, quanto o heterossexualismo e patriarcado são características recorrentes do sistema (LUNOGES, 2008). A escola é uma instituição reguladora do gênero, além de vigiar, também educa os corpos.

Podemos questionar, quantas crianças interpretam a escola como um ambiente hostil? Quantas delas são impostas a um ambiente hostil em casa e/ou na escola e enfrentam isso de forma “silenciosa”? Quantas delas já pensaram, tentaram ou ceifaram a vida? A escola utilizando como aparato a disciplina Matemática, ensina matemática, mas muitas outras coisas.

A escola na tentativa de ensinar que normal, verdadeiro e correto consiste em um modelo heteronormativo, que promove LGBTQIA+fobia. Uma instituição que ainda insiste

⁴ Para a construção deste texto optamos utilizar a linguagem neutra a fim de não impormos gêneros às pessoas que foram mencionadas. Entretanto, as citações diretas são exceções que podem (ou não) utilizar esse tipo de linguagem.

⁵ Para a construção desse texto, os autores utilizam a palavra Matemática ou matemática compreendendo a matemática dos currículos escolares, a Matemática Escolar.

⁶ Utilizamos sistema como crítica heterossexualidade compulsória que toma a cisgêneridade como padrão, a qual é a condição da pessoa cuja identidade de gênero corresponde ao gênero que lhe foi atribuído no nascimento.



III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA

04 a 06 de setembro de 2023

Instituto Federal do Espírito Santo

Vitória-ES

em dizer que se nasce fêmea, torna-se mulher ou se nasce macho, torna-se homem. “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1967, p. 235), em outras palavras, “não há nada em sua explicação que garanta que o ‘ser’ que se torna mulher seja necessariamente fêmea” (BUTLER, 2017, p. 29). Da mesma forma, a relação macho/homem.

O corpo de docente dissidente é [inter]ditado porque a escola, apesar das tentativas, não se regulamentou nos moldes do sistema moderno colonial de gênero. É um corpo desobediente que está e não está nas formas macho/fêmea e seus construtos sociais, pois é um corpo que escapa, discorda e confronta o sistema, o que foge ao padrão hegemônico, atrapalha esse projeto e cria fissuras para outras possibilidades de existência, sobretudo, na Educação e Educação Matemática.

Nesse sentido, esse trabalho busca problematizar como a heteronormatividade cria corpos [inter]ditáveis ao ensino de Matemática. Com isso, a discussão se desenvolverá em caráter bibliográfico.

A heteronormatividade na Educação [Matemática] e o jogo de edições de corpos de discentes dissidentes.

A heteronormatividade é uma tecnologia que considera a heterossexualidade como norma e coloca à margem outras identidades e expressões de gênero. Nesse contexto, Preciado (2014) refere-se ao termo tecnologia como:

[...] (cuja origem remete à *techné*, ofício e arte de fabricar, opondo-se a *physis*, natureza) coloca em funcionamento uma série de oposições binárias: natural/artificial, órgão/máquina, primitivo/moderno, nas quais o "instrumento" joga um papel de mediação entre os termos da oposição (PRECIADO, 2014, p. 147, grifo do autor).

Essa tecnologia não só pode, mas cria corpos [inter]ditados ao ensino de Matemática em razão da exclusão de estudantes que se identificam com gêneros ou sexualidades desviantes ou que se consideram pertencentes à comunidade LGBTQIA+, do mesmo modo, a representatividade de mulheres, pessoas não binárias e outras identidades de gênero que fogem a heteronormatividade na Educação e Educação Matemática.

Sendo assim, quando nos referirmos ao termo gêneros ou sexualidades desviantes concordamos com Louro (2004) quando fala:

Aqueles e aquelas que transgridem as fronteiras de gênero ou de sexualidade, que as atravessam ou que, de algum modo, embaralham e



III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA

04 a 06 de setembro de 2023

Instituto Federal do Espírito Santo

Vitória-ES

confundem os sinais considerados "próprios" de cada um desses territórios são marcados como sujeitos diferentes e desviantes. (LOURO, 2004, p.87, grifo da autora).

Além dessa autora, Simakawa (2016) explica que gêneros e sexualidades desviantes são termos que se referem a padrões corporais, raça, etnia que permitem a compreensão da pluralidade humana articulando lutas por transformações sociais.

Para deixar claro, ao falarmos de heteronormatividade devemos ter em mente que se trata de “[...] uma imposição social para ser ou se comportar de acordo com os papéis de cada gênero” (MIRANDA, 2023). Com isso, a expressão “heteronormativo” remete e estabelece relações com uma norma social e cultural que impõe a heterossexualidade como única forma vivente de interagir afetivamente e sexualmente.

No contexto escolar a heteronormatividade pode ser enfatizada em exemplificações para o ensino de objetos matemáticos, utilizando de estereótipos de gênero que descaracterizam identidades de estudantes LGBTQIA+, mulheres e não nos escapa outras interseccionalidades, como raça, classe social, religião, territorialidade, dentre outras. Nesse sentido, não podemos esquecer que “a colonialidade do gênero ainda está conosco; é o que permanece na intersecção de gênero/classe/raça como construtos sociais do sistema de poder capitalista mundial” (LUGONES, 2014, p. 939).

A exemplo, atividades para obtenção de dados para construção de tabelas, gráficos e até mesmo para dar exemplo de moda⁷, há quem utilize time de futebol preferido dos meninos, reforçando a categoria binária, menino/menina, para quantificar e fazer transposições de dados. A instauração do sistema binário de gênero “encerra implicitamente a crença numa relação mimética entre gênero e sexo⁸ [...]” (BUTLER, 2017, p. 26).

Destarte, quando dizemos que ensinam muitas outras coisas, nos referimos a uma instauração do ensino para o machismo, à misoginia, ao patriarcado, a LGBTQIA+fobia e manutenção do sistema binário. Sobre a instituição escolar, Márcia Tiburi enfatiza

[...] que [ela] teria o papel de esclarecer sobre questões conflituosas e ideológicas, proíbe que as meninas usem uma peça de roupa, ensinando que se escondam e sintam vergonha. Ensina também que sintam culpa, caso surja qualquer questão relativa aos gestos dos meninos em relação ao corpo feminino (TIBURI, 2015, s.n.).

⁷ Nos estudos de tratamento da informação, a moda representa o valor mais frequente de um conjunto de dados.

⁸ De acordo com Judith Butler “é ele natural, anatômico, cromossômico ou hormonal [...]” (BUTLER, 2017, p. 27).



III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA

04 a 06 de setembro de 2023

Instituto Federal do Espírito Santo

Vitória-ES

Isso pode ser gatilho para que estudantes LGBTQIA+ e outros sintam-se excluídes e desmotivades em relação à aprendizagem matemática. À vista disso, inferimos que a Matemática enquanto ciência e seu ensino não são neutros, mas potenciais veiculadores da matriz colonial do poder, de forma contundente, a colonialidade do ser.

A colonialidade do ser, como toda forma de colonialidade, se constrói no apagamento dos outros. Ela se revela perversa na medida em que faz com que x índix se acredite um selvagem, x negrx se acredite um incapacitadx, enfim, faz com que aquelxs que não compõem o eixo hegemônico, se sintam bárbarxs, primitivxs, seres humanos inferiorizadxs, bestializadxs. (GUIDA; SILVA; NANTES, 2021, p. 58-59).

Levades a acreditar que são bestializadas, monstros viventes e não merecedories da vida, a heteronormatividade e as implicações adjacentes a ela, criam corpos invisíveis e corpos dissidentes ao ensino de Matemática. Não dizemos invisíveis na possibilidade de não serem percebides, mas na razão de tornar invisível aquilo que incomoda a matriz colonial do poder e tem possibilidades de colapsar-lá, “praticamente nenhum ambiente é receptível a corpos estranhos, então não se pode estranhar o fato de uma sala de aula, de matemática também não ser” (SILVA, 2020, p. 26).

Dona Rita Von Hunty⁹, deixa claro em alto e bom som, talvez com menos purpurina do que habitualmente ensejamos, “que a escola é uma fábrica de subjetividade”. Desse modo, a subjetividade é construída e formada nos moldes heteronormativos. Esse moldes atuam como “não pode sentar de modo x”, “não pode falar de modo y”, “não pode gesticular de forma tão expressiva”, “meninos não usam lápis cor de rosa”...a percepção da nudez é despercebida, de forma equivalente, é formada uma outra identidade, uma que diz que “assim você não irá morrer”. Quem tem direito à vida?

Nesse ínterim, trazemos para o diálogo um trecho da entrevista da dissertação citada, nesse trecho, Darci (2019, grifo nosso) expressa que:

[...] apesar de eu não ter preconceito nenhum, nunca tive, porque desde quando eu dei aula lá há 20 anos atrás eu tive aluno, eu tinha uma aluna que ela era assumida. No entanto, um dia eu queria um buraco pra entrar dentro, na chamada, Augustinho. “- Augustinho”, olhei na sala assim ela levantou o dedo, não sei se você conhece? Ela chama Patrícia, mas o nome dela é Augustinho, ela disse “meu nome é Patrícia” (em voz baixa, talvez imitando), nossa minha cara, tipo assim, eu não tinha percebido e não sabia também, nessa época a coordenação não passou nadinha, porque se tivesse passado, logicamente, eu jamais teria feito isso, eu teria chamado

⁹ INSTITUTO ARTE NA ESCOLA. Arte e Cultura na sala de aula: com Rita Von Hunty. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FXGqW-ZvL64>. Acesso em: 10 jun. 2023.



III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA

04 a 06 de setembro de 2023

Instituto Federal do Espírito Santo

Vitória-ES

pelo nome dela que ela usava lá né? E não teria feito aquilo lá, eu chamei Augustinho umas 3 ou 4 vezes e os alunos começaram a dar risada, [...].

Na esteira de argumentação de Guacira Louro, e como Darci nos conta “*os alunos começaram a dar risada*”, percebemos que “a negação dos/as homossexuais no espaço legitimado da sala de aula acaba por condená-los a ‘gozações’ e aos ‘insultos’ dos recreios e dos jogos, fazendo com que, deste modo, jovens gays, e lésbicas só possam se reconhecer como desviantes, indesejados ou ridículos” (LOURO, 1997, p. 68, grifo da autora).

Imagine que o constrangimento e os aparatos tecnológicos de castração da vida não param na anunciação despercebida de Darci durante a chamada, visto que, isso possa ser repetido ao *Patrícia* colocar seu nome na prova de matemática, em trabalhos diversos, seja manuscrito, cartazes ou outros recursos didáticos. Seria as aulas de Matemática um campo de guerra do heteroterrorismo (BENTO, 2011)?

[...] há um heteroterrorismo a cada enunciado que incentiva ou inibe comportamentos, a cada insulto ou piada homofóbica. Se um menino gosta de brincar de boneca, os heteroterroristas afirmarão: “pare com isso! Isso não é coisa de menino!”. A cada reiteração do/a pai/ mãe ou professor/a, a cada “menino não chora!”, “comporte-se como uma menina!”, “isso é coisa de bicha!”, a subjetividade daquele que é o objeto dessas reiterações é minada. (BENTO, 2011, p. 256, grifo da autora).

Seremos sempre “viadinhos, bichinhas, sapatões e travecos” enquanto a escola e as aulas de Matemática forem espaços de opressão, enquanto não nos opormos contra uma matriz colonial de poder machista, racista, patriarcal, misógina, heteronormativa, heteroterrorista que a nós, LGBTQIA+, nos tratam como vidas [inter]ditadas, matáveis, abjetas, desviantes e tantas outras formas de morte, não veremos mudanças significativas para que nossa existência seja comum em todos os espaços, sobretudo, na Educação [Matemática].

A enunciação “*Meu nome é Patrícia*” é um exemplo de imposição contra um sistema que insiste em nos matar e anuncia seu loci de presença que apela por uma existência possível. É imprescindível notar que todes nós estamos sendo violentades, sendo matades, [inter]ditades, excluídes nas aulas de Matemática. Por outro lado, não podem negar que existimos em peso e que estamos a reivindicar o que é nosso. Aos desavisades, é impossível ou extremamente difícil encontrar alguém que não note nossa existência.

A imagem que segue enfatiza que “crianças trans existem”, então, apesar da insistência, a existência delas não poderão ser negadas; a existência de *Patrícia* não poderá



III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA

04 a 06 de setembro de 2023

Instituto Federal do Espírito Santo

Vitória-ES

ser negada. Darci diz que *Patrícia* é “*assumida*” e isso não implica que seu corpo está livre da heteronormatividade, mas é um ato político, ou melhor, “ser gay, lésbica, trans, bi ou pan não anula outras identidades como ser brasileirx, negrx, indígena, assalariadx, entre outras. Muito pelo contrário, é interseccional” (SILVA, 2020, p.75).

Figura 1 - Crianças Trans Existem.



Fonte - Disponível em: https://twitter.com/MidiaNINJA/status/1667913899369218048?ref_src=twsrc%5Egoogle%7Ctwcamp%5Eserp%7Ctwgr%5Etweet. Acesso em: 11 jun 2023.

A heteronormatividade na Educação [Matemática] e a vigília aos corpos de docentes dissidentes.

Voltando a retórica, e o corpo que ensina matemática? A esse corpo a homofobia e heteronormatividade estão estritamente conectadas. Dizemos, pois ambas são construções sociais históricas que reforçam a heterossexualidade como única forma de vida aceitável e legítima na expressão da sexualidade e da afetividade.

A instituição de uma heterossexualidade compulsória e naturalizada exige e regula o gênero como uma relação binária em que o termo masculino diferencia-se do termo feminino, realizando-se a diferenciação por meio de práticas do desejo heterossexual. (BUTLER, 2017, p. 53).

Pensando nos pressupostos estabelecidos por Butler em relação a heterossexualidade, podemos dizer que a sociedade, no nosso caso, a comunidade que é agente da Educação, tenciona pressões e expectativas sobre docentes que ensinam Matemática para que sejam



III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA

04 a 06 de setembro de 2023

Instituto Federal do Espírito Santo

Vitória-ES

heterossexuais, considerando-a natural e obrigatória. Apesar das desobediências da vigília sobre o corpo dissidente, ainda sim, esse ser sobrevivente terá que for[matar], [e]ditar e performar a heterossexualidade compulsória.

A LGBTQIA+fobia opera em conjunto, pois ela é a aversão ao que não é heterossexual. É nesse sentido que o ocorrido citado no primeiro parágrafo deste texto nos choca. Se um professor de matemática gay performa a heterossexualidade, seja ela punindo seus gestos, a fala, os movimentos, a vestimenta e a ausência de afeto, esse corpo será considerado “respeitoso”, usando da expressão abordada no diálogo de docilização de professores. Por outro lado, se um professor de matemática não obedece aos princípios da norma, não se for[mata], não [e]dita seus gestos, sua fala e suas vestimentas, esse corpo será considerado promíscuo, depravado, monstruoso.

Figura 2 - A vestimenta de professor de matemática.



Fonte - Disponível em: <https://twitter.com/brusnos/status/1156969425788125189>. Acesso em: 11 jun 2023.

Como mostra a imagem da figura 2, foi convencionado a vestimenta apropriada ao docente que ensina matemática. O vestuário ou a cor dele, são construções heteroterroristas, pois a partir da vestimenta há uma marcação do gênero e uma violência sobre o corpo. A roupa não determina o gênero, mas há ainda quem insiste em dizer que “menino veste azul e menina veste rosa”, afirmação da ex-ministra Damares Alves. Saibamos que, “a cor de vestimentas carrega consigo uma lógica colonial de controle do sexo e da sexualidade” (GUIDA; SILVA; NANTES, 2021, p. 41).

A cor, tipo do vestuário e o gênero das crianças são determinadas em chás de revelação, “a marca do gênero parece ‘qualificar’ os corpos como corpos humanos; o bebê



III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA

04 a 06 de setembro de 2023

Instituto Federal do Espírito Santo

Vitória-ES

se humaniza quando a pergunta ‘menino ou menina?’ é respondida” (BUTLER, 2017, p. 193, grifo da autora). Do mesmo modo, o vestuário de docentes que ensinam Matemática também é determinado, ou seja, estimula e reforça a heteronormatividade.

Nessa esteira de pensamento, Rita Von Hunty para Nathalia Miranda, argumenta que a heteronormatividade parte da ideia de “[...] uma construção de uma sociedade onde a norma é que todos os corpos se desenvolvam para se tornarem cis gênero e heterossexuais. Nenhum corpo de homem, por assim dizer, se desvie dos atributos que aquela sociedade desempenhou para a masculinidade” (MIRANDA, 2023). A vista disso, o ordenamento arrazoa de que a norma é ser heterossexual, com isso a cisgeneridade é consensual diante da sociedade. Lembremos que a heterossexualidade diz sobre a orientação sexual e cis gênero sobre a identidade de gênero.

Isso fica evidente na abordagem feita ao corpo e vestimenta de docente que foram consideradas promíscua e depravada. Nesse sentido, inferimos que o corpo docente desejável é aquele que cumpra uma performance heterossexual e que se vista conforme a imagem da Figura 2. O corpo condescendente é aquele que utiliza o vestuário para as regras do sistema heteronormativo, coaduna aos códigos da cisgeneridade e aos comportamentos designados ao seu sexo.

Agora, o docente que está sendo pejorativamente tratado, sua vestimenta é um artefato que se posiciona frente a um sistema que almeja os pressupostos heteronormativos. Seu visual produz potencialmente uma confusão ao sistema heteronormativo, pois esse corpo docente dissidente não corresponde ao binarismo homem/mulher.

Conclusão

Tensionando o questionamento sobre que corpos são desejáveis para o ensino de Matemática na Educação Básica Pública e problematizando como a heteronormatividade cria esses corpos desejáveis, ou melhor dizendo, [inter]ditam eles quando ensinamos Matemática, percebemos que é necessário auxiliar na visibilidade deste tema na Educação, Educação Matemática e na Educação Básica Pública, com o intuito de que a diversidade e diferença seja mais trabalhada nesse ambiente, abarcando referenciais teóricos atrelados aos Estudos de Gênero e Sexualidade.



III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA

04 a 06 de setembro de 2023

Instituto Federal do Espírito Santo

Vitória-ES

O que queremos dizer? Apesar de ter tratamentos diferentes sobre corpos de professores que ensinam matemática, ora tencionando para a norma e ora esse tensionamento é inexistente, alertamos que a LGBTQIA+fobia não deixará de estar presente, visto que, a matriz colonial do poder está em constante operação ditando os modos de existência dessa sociedade capitalista.

Em outras palavras, esses corpos “não passa[m] incólume ao olhar social-escolar sempre vigilante e atento em relação aos movimentos, gestos, usos corpóreos” (GUIDA, et. al. 2021, p. 107, grifo nosso). Então, podemos elencar um primeiro ato, o de que a escola para professores que ensinam matemática e estudantes como *Patrícia* que aprendem Matemática é um lugar de exclusão e de manifestação de diversas formas de morte.

A essa afirmação é dada a legitimidade diante dos argumentos apresentados, mas concordamos com Guida, Silva e Nantes (2021, p. 121) de que a escola não se prende a uma única predeterminação, a escola é “um ambiente de fato hostil, insalubre e ruim para muitos corpos que nele circulam, mas há também a chance de redenção deste lugar, que pode se transformar num receptáculo para as diversas possibilidades corpóreas e de experienciação, pode representar”.

Como resistir e/ou desviar dos jogos da heteronormatividade? Como sugere Paul Preciado (2022), devemos estabelecer a heterossexualidade como opção dentre outras possíveis e não como norma, com isso, fundaremos paradigmas de liberdade e autonomia da sexualidade, dos corpos e modos de relacionamentos. Portanto, a pergunta lançada como significação desse texto deve ser feita para que mantenhamos desconfiades e em busca de formas de resistir e desviar da heteronormatividade.

Referências

BEAUVOIR, S de. **O Segundo sexo**. Tradução: Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1967.

BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**, v. 19, n. 02, p. 549-559, 2011.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade**. 15 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

GUIDA, A; SILVA, E. M; NANTES, F. A. **Notas de gênero e decolonialidade na educação**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2021.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.



III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA

04 a 06 de setembro de 2023

Instituto Federal do Espírito Santo

Vitória-ES

LOURO, G. L. **Um corpo estranho**: Ensaios sobre sexualidades e teoria *queer*. [S.I]. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LUGONES, M. Colonialidad y género. **Tabula rasa**, n. 9, p. 73-101. 2008.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. In: **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, 2014, p. 935-952.

MIRANDA, N. **Não existe “coisa de menina”**: entenda mais sobre heteronormatividade com Rita Von Hunty e Fábio Manzoli. Amaro Inspire, 2021. Disponível em: <<https://link.ufms.br/CPcmj>>. Acesso em: 10 jun. 2023.

PRECIADO, B. **Manifesto Contrasexual**. Tradução: Maria Paula Gurgel Ribeiro, São Paulo: n-1 edições, 2014.

PRECIADO, B. **Eu sou o monstro que vos fala**: relatório para uma academia de psicanalistas. Tradução: Carla Rodrigues, Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

SILVA, E. M. **Para uma epistemologia outra na educação matemática**: entre sussurros e navalhas na carne, a porta do armário de abriu.... 2020, 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática), Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2020.

SIMAKAWA, V. V. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidade de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2016. 244 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

TIBURI, M. **Educação para o machismo**. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/educao-para-o-machismo/>. Acesso em 10 jun 2023.